



**Fundação Assistencial e Previdenciária da  
EMATERCE**

**RELATÓRIO ANUAL  
2015**



## **1. INTRODUÇÃO**

A Diretoria-Executiva da FAPECE se dirige aos seus participantes ativos e assistidos por meio do presente informativo para dar conhecimentos acerca da gestão de seu plano de benefícios no ano de 2015, abordando qualitativa e quantitativamente os seus componentes patrimoniais, financeiros e atuariais. Nesse contexto, ganham relevo as demonstrações financeiras, a composição (posição) dos investimentos e suas respectivas rentabilidades setoriais, as despesas incorridas e os aspectos atinentes ao dimensionamento das provisões matemáticas, mais precisamente o parecer atuarial, com destaque para as premissas atuarias.

## **2. POLITICA DE INVESTIMENTOS**

O quadro a seguir apresenta a alocação objetivo gerada a partir do estudo de ALM para 2015 e os limites de aplicação em cada um dos seguimentos definidos pela Resolução CMN Nº 3.792 de 24 de setembro de 2009. Essa alocação foi definida com o intuito de determinar a alocação estratégia a ser perseguida ao longo do exercício da política de investimentos que melhor reflita as necessidades do passivo, minimizando riscos, gerando retornos compatíveis com a meta atuarial do plano de benefícios (INPC + 5,50% a.a.) e permitindo assim, a obtenção do equilíbrio de longo prazo entre o ativo e o passivo.

### **2.1 ALOCAÇÕES**

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN Nº 3.792)	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	83,89%	0%	100%
Renda Variável	70%	8,97%	0%	70%
Investimentos Estruturados	20%	5,63%	0%	20%
Investimentos no Exterior	10%	0,00%	0%	10%
Imóveis	8%	1,13%	0%	8%
Operações com Participantes	15%	0,39%	0%	15%

### **2.2 CONTROLE DE RISCOS**

Reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios são realizados de forma proativa pela Entidade, estabelecendo os alicerces para implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco. Os principais tipos de risco a serem avaliados, controlados e monitorados, aos quais os recursos do plano estão expostos, são o risco integrado, atuarial, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional, risco de terceirização, risco legal, risco sistêmico.

## **3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TECNICAS**

Em estreita obediência às políticas de investimento, a FAPECE, com base no estudo de ALM realizado pela Consultoria Risk Office, alocou seus recursos garantidores de reservas técnicas, em 2015, nos segmentos: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Operações com Participantes. Buscando a otimização da carteira ótima para os investimentos, considerando o agravamento da crise político-econômica, a FAPECE realizou um novo estudo de ALM em 2015, por intermédio da Aditus Consultoria Financeira Ltda, que resultou em uma carteira ótima bem próxima da recomendada pelo ALM elaborado anteriormente e, desde então, vem adotando um planejamento tático momentâneo no intuito de objetivar o planejamento estratégico de longo prazo. No quadro a seguir estão apresentadas as magnitudes dessas alocações e suas respectivas posições relativas.

Contas	Posição em 31/12/2015	Posição em 31/12/2014		
111 - Disponibilidades	263.609,47	237.151,99		
123 - Programa de Investimentos	116.363.193,19	100.541.766,96		
(-) 213 - Programa de Investimentos	88.125,19	43.189,31		
(-) 223 - Exigível Contingencial-Investimentos	75.024,00	75.024,00		
Recursos Garantidores	116.462.707,21	100.660.705,64		
<b>Composição dos Investimentos por Segmento</b>				
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
1234 - Fundos de Investimentos	114.244.298,97		98.351.971,59	
1234.03 - Renda Fixa	103.702.794,54	89,12	86.364.986,04	85,8
1234.04 - Fundos de Invest. Em Ações	4.632.332,22	3,98	6.560.076,60	6,52
1234.07 -Estruturados (Multimercado)	5.909.172,21	5,08	5.426.908,95	5,39
1236 - Investimentos Imobiliários	1.852.117,19	1,59	1.879.061,71	1,87
1237 - Empréstimos e Financiamentos	150.048,00	0,13	310.733,66	0,31
111 Disponib. - 213 Obrig.-223 Exig.Contig.	100.460,28	0,10	118.938,68	0,11

#### 4. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

O quadro a seguir demonstra a rentabilidade obtida por cada segmento. Pode-se observar que apenas os segmentos de Investimentos Imobiliários e Empréstimos superaram a meta atuarial.

SEGMENTO	RENTABILIDADE DNP (%)	META ATUARIAL(%)
Renda Fixa	15,31	17,40%
Renda Variável	-28,22	
Investimentos Estruturados	8,91	
Imóveis	1,53	
Empréstimos	26,99	
Agregado (total)	12,24	

#### 5. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As despesas incorridas na gestão terceirizada (investimentos financeiros) e da carteira própria (Imóveis e Empréstimos) estão apresentadas no quadro abaixo. Cabe ressaltar que por decisão do Conselho Deliberativo e após realização de uma seleção de gestores, a FAPECE está em processo de migração do administrador/gestor do fundo exclusivo, deixando a Sul América, que cobra uma taxa de 0,10% a.a. para a administração/gestão da Caixa Econômica Federal, que vai praticar uma taxa de 0,05% a.a, reduzindo significativamente as despesas com a gestão dos investimentos, considerando que o fundo exclusivo concentra a grande maioria dos recursos garantidores do plano de benefício administrado.

1. Terceirizada(Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados)		
Taxa de Administração	99.575,90	39,08%
Taxa CVM	18.419,71	7,23%
Taxa de Custódia	19.863,31	7,80%
Taxa CETIP	13.645,25	5,36%
Taxa SELIC	2.514,35	0,99%
Taxa ANBID	3.032,40	1,19%
Auditória	4.574,00	1,80%
Confecção de Livro - Manual	244,56	0,10%

<b>1. Terceirizada(Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados)</b>		
<b>2. Própria</b>		
Despesas de Custódia e Taxas	72.198,16	28,33%
Investimentos Imobiliários	17.169,32	6,74%
Empréstimos e Financiamentos	3.573,77	1,40%
<b>TOTAL</b>	<b>254.810,73</b>	<b>100,00%</b>

## 6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas da Entidade incorridas em 2015 estão apresentadas, na sua totalidade, no quadro a seguir. Chama-se atenção para a rubrica “Aluguéis de Imóveis”, que se refere ao valor do aluguel do imóvel sede repassado ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, dado que ele é de propriedade do Plano de Benefícios Definido e para a rubrica Gestão e planejamento, onde estão sendo registrados os valores referentes ao custo dos serviços com as consultorias de investimentos e de controles internos contratadas no período. Ressalte-se, ainda, que em decorrência do processo fiscalizatório em andamento pela PREVIC, a entidade precisou apresentar um plano de ação para por em prática algumas medidas no intuito de melhorar a governança e controle das ações da entidade, mitigando riscos ao plano administrado, o que contribuiu para um pequeno desenquadramento de cerca de 5% ao limite de gastos administrativos (PGA) fixado no início do exercício.

RUBRICA	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>624.733,77</b>	<b>50,85%</b>
Conselheiros	191.606,90	15,60%
Dirigentes	198.213,66	16,13%
Pessoal Próprio	234.913,21	19,12%
<b>Treinamentos/Congressos e Seminários</b>	<b>14.767,12</b>	<b>1,20%</b>
Conselheiros	1.600,00	0,13%
Dirigentes	4.051,23	0,33%
Pessoal próprio	800,00	0,07%
Diárias e ajuda de custos	5.746,49	0,47%
Passagens e transportes	2.569,40	0,21%
<b>Viagens e Estadias</b>	<b>15.820,54</b>	<b>1,29%</b>
Conselheiros	0,00	0,00%
Dirigentes	6.958,34	0,57%
Pessoal Próprio	0,00	0,00%
Terceiros	8.862,20	0,72%
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>374.375,19</b>	<b>30,47%</b>
Consultoria Atuarial	42.929,67	3,49%
Consultoria Contábil	65.529,49	5,33%
Consultoria Jurídica	59.279,16	4,82%
Serviços de Informática	48.639,72	3,96%
Auditória Contábil	11.500,00	0,94%
Gestão/planejamento estratégico	85.000,00	6,92%
Outros	61.497,15	5,01%
<b>Despesas Gerais</b>	<b>191.010,12</b>	<b>15,55%</b>
Suprimentos	10.938,16	0,89%
Água e Esgoto	1.774,64	0,14%
Energia	7.798,77	0,63%

RUBRICA	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
Telefones	4.631,35	0,38%
Correios e Malotes	3.025,91	0,25%
Entidades de Associações	8.261,68	0,67%
Condução e transporte	1.559,00	0,13%
Confraternizações	7.746,56	0,63%
IPTU da sede	9.899,68	0,81%
Alugueis de Imóveis (Sede da FAPECE)	54.000,00	4,40%
Alugueis de equipamentos	2.160,00	0,18%
Tributos (PIS e COFINS)	57.129,56	4,65%
Taxas (TAFIC, Taxas Bancárias, etc)	17.175,89	1,40%
Outras Despesas (Cartórios, etc)	4.908,92	0,40%
Depreciações e Amortizações (Imóveis)	3.772,28	0,31%
Despesas financeiras	4.113,64	0,33%
Total	1.228.592,66	30,47%

## 7. BENEFÍCIOS PAGOS

BENEFÍCIO	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
Aposentadorias	3.094.056,57	76,72%
Pensões	813.990,93	20,18%
Auxílio Doença	-	0,00%
Pecúlios	66.052,43	1,64%
Reserva de Poupança	58.757,20	1,46%
<b>TOTAL</b>	<b>4.032.857,13</b>	<b>100,00%</b>

## 8. PARECER ATUARIAL DA AVALIAÇÃO DE 31/12/2015 – PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (PLANO BD) DA FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EMATERCE (FAPECE)

1. Este parecer, integrante das Demonstrações Atuariais (DA), é concernente à avaliação atuarial do plano previdenciário da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce (FAPECE), modalidade de Benefício Definido (BD) para todos os benefícios constantes de seu Regulamento, nos termos da Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22/11/2005, estando avaliado na posição de 31/12/2015.

2. As provisões matemáticas do plano de benefícios da FAPECE, em 31/12/2015, somaram R\$153.533.113,19 (cento e cinqüenta e três milhões, quinhentos e trinta e três mil, cento e treze reais e dezenove centavos). Confrontadas com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, de R\$166.064.886,51 (cento e sessenta e seis milhões, sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinqüenta e um centavos), restou verificado superávit técnico de R\$12.531.773,32 (doze milhões, quinhentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos), correspondentes a 8,16% das provisões matemáticas. Referido valor deve ser contabilizado como reserva de contingência, conforme estabelecem o artigo 20 da Lei Complementar Nº 109, de 29/05/2001, e o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

3. O cadastro foi considerado consistente e satisfatório para esta avaliação e foram realizados testes de aderência das premissas financeiras e biométricas, de conformidade com a Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006, cujos resultados foram entregues à Entidade em relatório específico. As premissas encontram-se detalhadas nas Demonstrações Atuariais (DA).

4. Em relação à avaliação de 31/12/2014 foi mantida a premissa correspondente à taxa real anual de juros, de 5,5%, como resultado do estudo de aderência e adequação elaborado em consonância com a

Instrução PREVIC nº 07, de 12/12/2013. Também não ocorreram alterações nas demais hipóteses e premissas atuariais.

5. A meta atuarial — a taxa de juros anual de referência para a obtenção de rentabilidade mínima dos investimentos da FAPECE — está estabelecida como sendo a composição da variação do INPC, acrescida da taxa real anual de juros atuarial que, em 2015, foi de 5,5% (cinco e meio por cento). Considerando a variação de 11,28% para o INPC em 2015, a meta atuarial ficou quantificada em 17,40%. A rentabilidade efetiva nominal dos investimentos resultou em 14,68% (quatorze inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), tendo correspondido a 84,37% da meta atuarial. Com base na rentabilidade nominal efetiva de 14,68% e na inflação de 11,28%, conclui-se que o plano de benefícios obteve rentabilidade real de 3,06% em 2015.

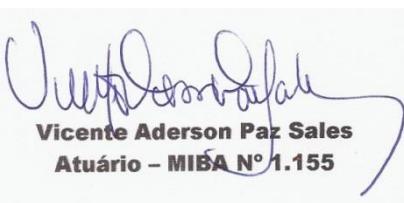
6. Em razão da situação superavitária, recomenda-se para 2016 a manutenção do Plano de Custeio praticado em 2015, correspondente à tabela de contribuições reproduzida no Quadro Nº 1, atualizada para 2016 na forma estabelecida no Regulamento.

#### **QUADRO Nº 1 - TABELA DE CONTRIBUIÇÃO VIGENTE EM 31/12/2015**

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (EM R\$)		PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO	PARCELA A DEDUZIR	LIMITE DE DESCONTO
R\$0,00	a	R\$1.851,72	4,04%	R\$0,00
R\$1.851,73	a	R\$3.703,44	6,73%	R\$49,81
R\$3.703,45	a	R\$9.258,60	16,16%	R\$399,04
Nota: Valor de referência do Plano: R\$ 4.629.30, a partir de 01/05/2015.				

7. Por último, considerando-se as premissas, as hipóteses, os regimes financeiros, o método atuarial e os dados cadastrais dos participantes e demais informações prestadas pela FAPECE, concluímos que na posição de 31/12/2015 o plano de benefícios encontrava-se atuarialmente equilibrado.

Este é o nosso parecer.



Vicente Aderson Paz Sales  
Atuário - MIBA Nº 1.155

#### **8.1 PREMISSAS ATUARIAIS**

Encontram-se relacionadas, a seguir, as premissas financeiras, econômicas e biométricas empregadas nos cálculos atuariais:

- Taxa real anual de juros: 5,5% a.a. (cinco e meio por cento ao ano);
- Projeção de Crescimento Real de Salário: 0% a.a.;
- Fator de Determinação do Valor Real de Salários e de Benefícios: 0,975 (corresponde à perda inflacionária estimada em 5,5% no longo prazo);
- Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 Masculina;
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: Muller;
- Composição da família de pensionistas: Família real informada no cadastro;
- Percentual do custeio administrativo: 15% (quinze por cento) sobre o total das contribuições previdenciais.

## 9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

### 9.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	EM R\$MIL	
				2015	2014
DISPONÍVEL	264	238	EXIGÍVEL OPERACIONAL	663	591
REALIZÁVEL	166.584	147.260	GESTÃO PREVIDENCIAL	567	511
GESTÃO PREVIDENCIAL	50.179	46.675	GESTÃO ADMINISTRATIVA	47	37
GESTÃO ADMINISTRATIVA	47	43	INVESTIMENTOS	49	43
INVESTIMENTOS	116.358	100.542	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	75	75
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	114.244	98.352	INVESTIMENTOS	75	75
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.848	1.879	PATRIMÔNIO SOCIAL	166.127	146.842
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	266	311	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	166.065	146.788
PERMANENTE	17	11	PROVISÕES MATEMÁTICAS	153.533	132.855
IMOBILIZADO	17	11	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	37.248	33.669
			BENEFÍCIOS A CONCEDER	116.285	99.186
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	12.532	13.933
			RESULTADOS REALIZADOS	12.532	13.933
			SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	12.532	13.933
			FUNDOS	62	54
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	18	18
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	44	36
TOTAL DO ATIVO	166.865	147.509	TOTAL DO PASSIVO	166.865	147.508

#### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS (CONSOLIDADA)

DESCRÍÇÃO		2015	2014	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		146.842	134.048	9,54
1. Adições		24.547	17.490	40,35
(+)	Contribuições Previdenciais	10.911	8.170	33,55
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.399	8.340	48,67
(+)	Receitas Administrativas	1.229	973	26,31
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	8	7	14,29
2. Destinações		(5.262)	(4.696)	12,05
(-)	Benefícios	(4.033)	(3.463)	16,46
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	0	(260)	(100,00)
(-)	Despesas Administrativas	(1.229)	(973)	26,31
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		19.285	12.794	50,73
(+/-)	Provisões Matemáticas	20.678	16.738	23,54
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1.401)	(3.951)	(64,54)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	8	7	14,29
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)		166.127	146.842	13,13

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL (PLANO BD)**

DESCRIÇÃO		2015	2014	EM R\$ MIL Variação (%)
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>146.788</b>	<b>134.002</b>	<b>9,54</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>23.806</b>	<b>16.992</b>	<b>40,10</b>
(+)	Contribuições	11.407	8.652	31,84
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.399	8.340	48,67
	<b>2. Destinações</b>	<b>(4.529)</b>	<b>(4.206)</b>	<b>7,68</b>
(-)	Benefícios	(4.033)	(3.463)	16,46
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(260)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(496)	(483)	2,69
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>19.277</b>	<b>12.786</b>	<b>50,77</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	20.678	16.737	23,55
(+/-)	Déficit Técnico do Exercício	(1.401)	(3.951)	(64,54)
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>166.065</b>	<b>146.788</b>	<b>13,13</b>
	<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>62</b>	<b>54</b>	<b>14,81</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	18	18	0,00
(+/-)	Fundos dos Investimentos	44	36	22,22

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA  
(CONSOLIDADA)**

DESCRIÇÃO		2015	2014	EM R\$ MIL Variação (%)
	<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>0,00</b>
	<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>1.229</b>	<b>973</b>	<b>26,31</b>
	<b>1.1. Receitas</b>	<b>1.229</b>	<b>973</b>	<b>26,31</b>
	Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	497	482	3,11
	Custeio Administrativo dos Investimentos	730	488	49,59
	Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2	2	0,00
	<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>1.229</b>	<b>973</b>	<b>26,31</b>
	<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>637</b>	<b>510</b>	<b>24,90</b>
	Pessoal e Encargos	312	264	18,18
	Treinamentos/Congressos e Seminários	8	1	700,00
	Viagens e Estadias	8	12	(33,33)
	Serviços de Terceiros	209	160	30,63
	Despesas Gerais	96	44	118,18
	Depreciações e Amortizações	2	2	0,00
	Tributos	0	26	(100,00)
	Outras Despesas	2	1	100,00
	<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>592</b>	<b>463</b>	<b>27,86</b>
	Pessoal e Encargos	312	264	18,18
	Treinamentos/Congressos e Seminários	6	1	500,00
	Viagens e Estadias	8	12	(33,33)
	Serviços de Terceiros	166	114	45,61
	Despesas Gerais	96	43	123,26
	Depreciações e amortizações	2	2	0,00
	Tributos	0	26	(100,00)
	Outras Despesas	2	1	100,00
	<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>0,00</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO BD**

DESCRIÇÃO	2015	2014	EM R\$ MIL Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>166.800</b>	<b>147.453</b>	<b>13,12</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>153.533</b>	<b>132.855</b>	<b>15,56</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>37.248</b>	<b>33.669</b>	<b>10,63</b>
Benefício Definido	37.248	33.669	10,63
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>116.285</b>	<b>99.186</b>	<b>17,24</b>
Benefício Definido	<b>116.285</b>	<b>99.186</b>	<b>17,24</b>
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>12.532</b>	<b>13.933</b>	<b>(10,06)</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>12.532</b>	<b>13.933</b>	<b>(10,06)</b>
Superávit técnico acumulado	<b>12.532</b>	<b>13.933</b>	<b>(10,06)</b>
Reserva de contingência	12.532	13.933	(10,06)
<b>3. Fundos</b>	<b>44</b>	<b>36</b>	<b>22,22</b>
<b>3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>44</b>	<b>36</b>	<b>22,22</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>616</b>	<b>554</b>	<b>11,19</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>567</b>	<b>511</b>	<b>10,96</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>49</b>	<b>43</b>	<b>13,95</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>75</b>	<b>75</b>	<b>0,00</b>
<b>5.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>75</b>	<b>75</b>	<b>0,00</b>

Tiago Parente Lessa  
Presidente  
CPF: 589.856.543-49

Francisco de Assis  
Sousa  
Diretor de Seguridade  
CPF: 097.806.373-20

Isaac Lopes de Menezes Almeida  
Contador - CRC-CE 6.298  
CPF: 032.759.223-00

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE, autorizada através da Portaria MPAS nº 3.619 de 20 de Dezembro de 1985, obedecendo às normas expedidas através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC e às Resoluções específicas do Banco Central, é uma pessoa jurídica de fins não lucrativos que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários dos empregados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE. A EMATERCE, na qualidade de patrocinadora contribui com quantia igual às contribuições vertidas pelos participantes do plano de benefícios, suficiente para assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

A FAPECE é uma entidade multipatrocinada que administra um único plano de benefícios, denominado Plano de Benefícios Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, da então Secretaria de Previdência Complementar - SPC, sob o nº 1985.0014-38. Patrocinada pela EMATERCE em conjunto com a própria FAPECE.

O plano de complementação adotado pela Fundação considera não somente as provisões matemáticas correspondentes ao valor atual dos benefícios concedidos e os benefícios correspondentes a direitos adquiridos pelos participantes, embora não formalmente requerido, mas também dos benefícios a conceder aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares.

As atividades da Entidade são regidas de acordo com as Leis Complementares nº 108 e nº109, ambas de 29/05/2001, e demais normativos legais, relativos às entidades fechadas de previdência complementar. Por subordinação, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, às resoluções específicas do Banco Central do Brasil - BACEN, aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, bem como aos normativos pertinentes expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Receita Federal do Brasil - RFB.

A FAPECE não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar a sua exatidão.

A FAPECE possuía em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as seguintes quantidades participantes:

PARTICIPANTES	QUANTIDADE	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativos	240	239
Assistidos	127	124
Pensionistas	68	65
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>428</b>

### **1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Entidade e foram apresentadas em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade e as Normas Contábeis elaboradas pelos órgãos normativos e reguladores das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 29/2009, da Instrução MPS/SPC nº 34/2009, alterada pelas Instruções PREVIC nºs 01/2011, 05/2011, 06/2013, 15/2014, 21/2015 e 25/2015, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 08/2011, alterada pelas Resoluções CNPC nºs 12/2013, 16/2014 e 20/2015 e da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272/2010, que aprova a Interpretação Técnica Geral - ITG 2001, com as alterações da Resolução CFC nº 1.329/2011.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazos, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos -observadas as

gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos - proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com a NBC TG 26 (R2), aprovada pela Resolução nº 2014/NBCTG26(R2) do Conselho Federal de Contabilidade.

De acordo com as normas específicas são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT.

## **2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

A planificação contábil padrão ora praticada objetiva atender aos aspectos patrimoniais do Plano de Benefícios, segregando os diversos recursos existentes de forma distinta e consistente, visando demonstrar com transparência a apuração dos resultados.

### **a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/ Variações Negativas**

As adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

### **b) Reservas Matemática e Fundos da Gestão Previdencial**

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

Benefícios Concedidos – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.

Benefícios a Conceder – representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.

### **c) Estimativas Atuariais e Contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a administração se utilize de estimativas para o registro de determinadas transações, que afetam o ativo e passivo, receitas e despesas da Entidade. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. A FAPECE revisa as estimativas periodicamente. As principais estimativas referem-se ao cálculo de provisão para crédito de liquidação duvidosa correspondente a carteira de empréstimo a participantes, provisão para contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Entidade e as provisões matemáticas.

### **d) Operações Administrativas**

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio compartilhado com o plano de benefícios previdenciais.

As receitas administrativas da FAPECE são debitadas ao Plano Previdencial em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE na 22ª Reunião Extraordinária e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

#### e) Realizável

- Gestão Previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- Gestão Administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Fluxo dos Investimentos

Em atendimento à Resolução do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução da CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos na rubrica “Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial”.
- Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade mantém interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

#### f) Exigível Operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestação de serviços por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

### 4. ATIVO

#### 4.1 Disponível

Nessa conta são registradas as disponibilidades existentes em caixa e em contas correntes mantidas no banco do Brasil, Itaú e no Bradesco.

DESCRIÇÃO	2015	2014
Banco do Brasil conta nº 4747-3	1	0
Bradesco conta nº 10868-5	256	234
Banco Itaú conta nº 79815-2	2	2
Bradesco conta nº 12.320-0 - PGA	1	1
Banco Itaú conta nº 16.251-8 Ag. 8279	3	1
<b>TOTAL</b>	<b>263</b>	<b>238</b>

## **4.2. Realizável da Gestão Previdencial**

### **4.2.1 Recursos a Receber**

#### **4.2.1.1 Contribuições do Mês e Sobre 13º Salário**

São contribuições do plano de benefício a receber de autopatrocínados devidas até o mês de dezembro e décimo terceiro salário de 2015. Incluindo valores a receber de assistidos por ocasião do pagamento de diferenças de benefícios apurados em processo de revisão realizada em 2009, ainda não totalmente liquidadas, as quais estão devidamente provisionadas, apresentando um saldo em 31/12/2015 de R\$ 7 mil.

DESCRÍÇÃO	2015	2014
Contribuições do Mês	5	4
Contribuições Sobre 13º Salário	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>5</b>

#### **4.2.1.2 Contribuições Contratadas**

Em 30 de Dezembro de 2003, foi celebrado termo de acordo de parcelamento de dívida referente a contribuições em atraso, relativo ao período de Janeiro/1986 à Dezembro/2003, entre a patrocinadora Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce e a Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – Fapece, com interveniência do Governo do Estado do Ceará, no valor de R\$ 40.028 Mil, cuja composição está abaixo discriminada.

##### **4.2.1.2.1 Prazo e Forma de Pagamento**

O montante da dívida será paga pela Ematerce em 240 (Duzentos e quarenta) prestações mensais consecutivas no valor de R\$ 90 Mil, e 10 (Dez) parcelas especiais a serem pagas a cada 2 (dois) anos, a contar a partir da data de assinatura do contrato, no valor unitário de R\$ 4.964 Mil, definidas pelo Sistema Price.

##### **4.2.1.2.2 Remuneração**

As prestações mensais e as parcelas especiais devidas pela Patrocinadora à Fapece serão atualizadas, mês a mês, monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE ou, no caso de extinção deste, por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

##### **4.2.1.2.3 Garantias**

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce apresentou como garantias, suas contas correntes junto ao Sistema Bancário.

##### **4.2.1.2.4 Composição da Dívida**

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	Valores em R\$ Mil	
	2015	2014
Valor do Contrato	40.028	40.028
Saldo Devedor Atual	50.169	46.668
Prazo de Amortização Pactuado	240 meses	240 meses
Prazo de Amortização Restante	95 meses	107 meses
Valor das Parcelas	12.810	1.894
Data de Vencimento	Último dia útil de cada mês	Último dia útil de cada mês
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

#### **4.3. Realizável da Gestão Administrativa**

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa, conforme definido no seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAPECE.

DESCRÍÇÃO	2015	2014
Despesas Antecipadas	4	3
Outros Realizáveis	43	45
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>86</b>

Na conta de Outros Realizáveis são reconhecidos valores referente ao custeio de administração dos investimentos e taxa de administração de empréstimos.

#### **4.4. Investimentos**

##### **4.4.1. Fundos de Investimento**

###### **4.4.1.1. Renda Fixa**

Esse segmento constitui em aplicações em fundos de renda fixa, sendo um exclusivo e um em condomínio (aberto) conforme detalhado na Nota 4.4.4.

Os fundos de renda fixa estão registrados pelos respectivos valores de mercado de suas cotas informados em relatórios expedidos pelo agente custodiante contratado pela entidade (Banco Itaú S.A.).

###### **4.4.1.2. Ações**

Os investimentos em ações estão representados por cotas de fundo de ações, demonstradas pelo custo de aquisição e atualizadas pela variação incorrida até a data do balanço, calculado com base no valor da cota mensal informada por seus emitentes e agente custodiante

###### **4.4.1.3. Estruturados**

Os investimentos estruturados estão representados por cotas em dois fundos multimercado, sendo registrado pelo valor de mercado, conforme demonstrativo emitido pelo agente custodiante.

##### **4.4.2. Investimentos Imobiliários**

Constituídos por bens imóveis destinados a gerar receitas de aluguéis mediante celebração de contrato específico. São avaliados pelo custo de aquisição, e reavaliados a cada três anos, de acordo com a legislação vigente, por pessoa jurídica ou profissional legalmente habilitado, sendo a última em junho/2014.

São registrados obedecendo aos critérios contábeis e legislação em vigor, e o custo é deduzido da depreciação à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente, fixado no último laudo de avaliação e/ou reavaliação.

##### **4.4.3. Empréstimos**

Registra os empréstimos concedidos a participantes, nos termos do Regulamento. Foram contabilizados pelo valor atualizado, cuja apuração se deu acrescentando ao principal os encargos contratuais auferidos até a data do balanço.

Em 31/12/2015, as taxas de juros praticadas eram, para contratos com prazo para amortização em até 12 meses, 1,61% ao mês, até 24 meses, 1,74% ao mês e até 36 meses 1,87% ao mês, sendo utilizado o Sistema Price.

A FAPECE disponibilizou para seus participantes a carteira de empréstimos pessoais, cujos números assim se apresentam:

<b>Valores em R\$ Mil</b>		
<b>EMPRPÉSTIMOS</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Contrato Ativos	46	42
Saldo Devedor	266	311

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD é constituída mensalmente com base nos valores vencidos e vincendos, conforme orientação da Instrução SPC nº. 34, item 11 do Anexo A, de 24 de setembro de 2009.

#### 4.4.4. Composição dos Investimentos

	<b>Valores em R\$ Mil</b>	
	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Fundos de Investimento</b>	<b><u>114.244</u></b>	<b><u>98.352</u></b>
<b>Renda Fixa</b>	<b><u>113.703</u></b>	<b><u>86.365</u></b>
Fundo Sul América Fapece - FI RF	86.753	75.005
Fundo Itaú Active FIX MM FI	16.950	11.360
<b>Ações</b>	<b><u>4.632</u></b>	<b><u>6.560</u></b>
Fundo Bozano Gestão Fundamentalista FIA	533	607
Fundo Sul América Expertise FIA	2.671	4.315
Fundo Fator Sinergia V FIA	269	332
Fundo Bradesco FIA Dividendos	1.159	1.306
<b>Estruturados</b>	<b><u>5.909</u></b>	<b><u>5.427</u></b>
Fundo Itaú Hedge MM FI	2.626	2.390
Fundo Bozano Equity Hedge 30 FICFIM	3.283	3.037
<b>Investimento Imobiliário</b>	<b><u>1.848</u></b>	<b><u>1.879</u></b>
<b>Terrenos</b>	<b><u>150</u></b>	<b><u>150</u></b>
Terrenos Urbanos	150	150
<b>Aluguéis e Renda</b>	<b><u>1.697</u></b>	<b><u>1.712</u></b>
Uso Próprio	<u>1.697</u>	<u>1.712</u>
Terreno	1.489	1.489
Edificação	<u>209</u>	<u>223</u>
Custo Corrigido	209	230
(-) Depreciação Acumulada	-22	-7
Alugueis a Receber	-	-
<b>Outros Investimentos Imobiliários</b>	<b><u>0</u></b>	<b><u>17</u></b>
Depósitos Judiciais	0	17
<b>Empréstimos</b>	<b><u>266</u></b>	<b><u>311</u></b>
Empréstimos Simples	283	326
(-) Provisão p/Créd. de Liquidação Duvidosa	-17	-15
<b>Total dos Investimentos</b>	<b><u>116.357</u></b>	<b><u>100.542</u></b>

##### 4.4.4.1. Categoria de Títulos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias, conforme já mencionamos:

#### 4.4.4.1.1. Títulos para negociação

DESCRIÇÃO	2015			2014			Em Milhares R\$	
	Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	
LTFR-OVER		02/01/2016	9.571	9.576				
NTN OVER					15/08/2022	3.749	3.751	
Debêntures Simples-ECORODOVIAS		15/10/2019	361	417	15/10/2019	361	386	
Debêntures Simples –ECORODOVIAS		15/10/2022	191	208	15/10/2022	191	199	
Debêntures Simples-TAEE		15/10/2020	921	1.036	15/10/2020	921	955	
Debêntures Simples-TAEE		15/10/2020	159	175	15/10/2020	159	161	
Debêntures Simples-TAEE		15/10/2020	635	699	15/10/2020	635	645	
Debêntures Simples SABESP		15/01/2020	315	339	15/01/2020	315	320	
NTN-B					15/05/2015	879	1.153	
NTN-B		15/08/2018	246	277	15/08/2018	246	255	
NTN-B		15/05/2019	740	757				
NTN-B		15/05/2019	661	676				
NTN-B		15/08/2020	248	270	15/08/2020	248	255	
NTN-B		15/08/2020	64	89	15/08/2020	64	84	
Quotas de FI Itaú Active FIX		16.950	16.950			11.360	11.360	
Quotas de FIA Bozano G. Fundamentalista		533	532			607	607	
Quotas de FIA Sul América Expertise		2.671	2.671			4.315	4.315	
Quotas de FIA Fator Sinergia V		269	268			332	332	
Quotas FIA Bradesco Dividendos		1.159	1.159			1.306	1.306	
Quotas de Fundo MM Bozano Equity Hedge		3.293	3.283			3.037	3.037	
Quotas de Fundo MM Itaú Hedge		2.626	2.625			2.390	2.390	
<b>Total dos títulos para negociação</b>		<b>31.115</b>	<b>42.007</b>			<b>41.613</b>	<b>42.012</b>	

#### 4.4.4.1.2. Títulos mantidos até o vencimento

DESCRIÇÃO	2015			2014			Em Milhares R\$	
	Natureza	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	Venc.	Custo Histórico	Valor de Mercado	
CDB PÓS FIXADO – BRADESCO S/A					07/08/2015	604	1.245	
NTN-B		15/08//2016	3.449	3.896	15/08//2016	3.449	3.544	
NTN-B		15/05/2017	3.255	3.642	15/05/2017	3.255	3.300	
NTN-B		15/08/2018	2.697	3.117	15/08/2018	2.697	2.819	
NTN-B		15/05/2019	3.731	4.184	15/05/2019	3.731	3.781	
NTN-B		15/08/2020	1.090	1.228	15/08/2020	1.090	1.113	
NTN-B		15/08/2020	1.902	2.143	15/08/2020	1.902	1.941	
NTN-B		15/08/2022	474	539	15/08/2022	474	488	
NTN-B		15/08/2022	1.756	2.077	15/08/2022	1.756	1.889	
NTN-B		15/05/2023	4.914	5.516	15/05/2023	4.914	4.982	
NTN-B		15/08/2024	4.225	5.266	15/08/2024	4.225	4.818	
NTN-B		15/08/2030	4.636	5.853	15/08/2030	4.636	5.333	
NTN-B		15/08/2030	13.000	16.415	15/08/2030	13.000	14.956	
NTN-B		15/08/2030	1.932	2.203	15/08/2030	1.932	1.992	
NTN-B		15/05/2035	5.202	6.443	15/05/2035	5.202	5.862	
NTN-B		15/08/2040	744	949	15/08/2040	744	862	
NTN-B		15/08/2040	3.207	3.657	15/08/2040	3.207	3.306	
NTN-B		15/08/2040	1.669	1.885	15/08/2040	1.669	1.704	
NTN-B		15/05/2045	388	485	15/05/2045	388	440	
NTN-B		15/08/2050	298	382	15/08/2050	298	346	
NTN-B		15/08/2050	2.068	2.357	15/08/2050	2.068	2.132	
<b>Total dos títulos mantidos até o vencimento</b>		<b>61.241</b>	<b>72.237</b>			<b>61.241</b>	<b>66.853</b>	

Pela característica do papel, o custo histórico das NTN-Bs, espelha o valor de compra, sem as movimentações de recebimento das amortizações.

A administração da Entidade declara e atesta capacidade financeira para o carregamento dos títulos valores mobiliários que compõem sua carteira na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, de acordo com o expresso no artigo 9º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002.

#### 4.4.4.1.3. Títulos Objeto dos Ajustes de Precificação

O quadro abaixo refere-se ao controle do ajuste de precificação em conformidade com a Resolução CNPC nº 16, de 24/11/2014 e com a Instrução PREVIC nº 19, de 05/02/2015.

Em R\$ mil

TIPO	TAXA DE AQUISIÇÃO % a.a.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR AJUSTADO	AJUSTE
NTN-B	5,350038	15/08/2016	1.370	3.896	3.893	(3)
NTN-B	5,784835	15/05/2017	1.300	3.642	3.655	13
NTN-B	6,013273	15/08/2018	1.100	3.117	3.154	37
NTN-B	6,089226	15/05/2019	1.500	4.184	4.255	71
NTN-B	5,799001	15/08/2020	750	2.143	2.167	24
NTN-B	5,799001	15/08/2020	430	1.229	1.243	14
NTN-B	5,130005	15/08/2022	700	2.077	2.038	(39)
NTN-B	5,970000	15/08/2022	190	540	553	13
NTN-B	6,250453	15/05/2023	2.000	5.516	5.756	240
NTN-B	3,953102	15/08/2024	1.626	5.266	4.763	(503)
NTN-B	4,229051	15/08/2030	1.743	5.853	5.184	(669)
NTN-B	4,229051	15/08/2030	4.888	16.415	14.538	(1.877)
NTN-B	6,060003	15/08/2030	780	2.203	2.320	117
NTN-B	4,214602	15/05/2035	1.875	6.443	5.550	(893)
NTN-B	6,080002	15/08/2040	1.300	3.657	3.929	272
NTN-B	6,079006	15/08/2040	670	1.885	2.025	140
NTN-B	4,429266	15/08/2040	273	949	825	(124)
NTN-B	4,400603	15/05/2045	138	488	414	(71)
NTN-B	4,469364	15/08/2050	107	382	326	(56)
NTN-B	6,090002	15/08/2050	840	2.357	2.563	206
TOTAL				72.239	69.151	(3.088)

#### 4.5. Permanente - Imobilizado

Foi registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, atualizada monetariamente até o exercício de 1995, de acordo com o Ofício Circular nº 07/SPC/GAB, de 08/07/1996. A depreciação foi calculada pelo método linear, mediante aplicação das taxas conforme quadro abaixo:

Imobilizado	Taxa Depreciação
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Computadores e Periféricos	20%
Diferido - Software	20%

Valores em R\$ Mil

	Taxa Depreciação	2015			2014		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual
<b>Imobilizado</b>							
Móveis e Utensílios	10%	20	16	4	19	15	4
Máquinas e Equipamentos	10%	22	15	7	17	14	3
Computadores e Periféricos	20%	27	21	6	23	19	4
		<b>69</b>	<b>52</b>	<b>17</b>	<b>59</b>	<b>48</b>	<b>11</b>
<b>Diferido – Software</b>	20%	7	7	0	7	7	0
		<b>76</b>	<b>59</b>	<b>17</b>	<b>66</b>	<b>55</b>	<b>11</b>

## 5. PASSIVO

### 5.1. Exigível Operacional

#### 5.1.1. Previdencial

	Valores em R\$ Mil	
	2015	2014
<b>Benefícios a Pagar</b>	<b>564</b>	<b>510</b>
Benefícios de Prestação Continuada	10	10
Reservas de Poupança	554	499
Pecúlios	-	1
<b>Retenções a Recolher</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>567</b>	<b>512</b>

**Benefícios de Prestação Continuada** – Valores apurados e revisão de benefícios provisionados em Dezembro de 2015, para liquidação na competência de 2016.

**Reservas de Poupança** - Valores provisionados para pagamento de reservas de poupança a participantes que se desligaram do Plano de Benefício e continuam vinculados à Patrocinadora, no momento das extinções dos seus contratos de trabalho.

**Retenções a Recolher** – Valores referentes a retenções de tributos.

#### 5.1.2. Administrativo

O valor de R\$ 47 mil refere-se a provisão de férias dos empregados com seus respectivos encargos, bem como retenções a fiscais a recolher e de pagamentos a serem efetuados no próximo exercício.

	Valores em R\$ Mil	
	2015	2014
<b>Contas a Pagar</b>	<b>40</b>	<b>30</b>
Despesas com Pessoal	9	5
Obrigações Fiscais a Recolher	6	5
Obrigações Sociais a Recolher	25	20
<b>Retenções a Recolher</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>37</b>

#### 5.1.3. Investimentos

Valores a pagar de IOF e obrigações com custódia e custeio administrativo, totalizando R\$ 43 mil.

	Valores em R\$ Mil	
	2015	2014
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Relacionados com o Disponível</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
<b>Outras Exigibilidades</b>	<b>43</b>	<b>38</b>
Custeio Administrativo dos Investimentos	43	38
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>43</b>

## 5.2. Exigível Contingencial

Registraram-se no Exigível Contingencial ocorrências vinculadas às decisões futuras que poderão ou não gerar desembolso pela Entidade. O saldo de contingência do investimento, no valor de R\$ 75 mil, refere-se a provisão de ações judiciais contra ocupantes do imóvel situado na rua Salustio de Pinho, 200, de propriedade da FAPECE.

Ressalta-se sobre a existência de contingências no montante de R\$ 75 (mil) cuja obrigação será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos incertos não totalmente sob o controle da fundação, ou seja, prognóstico possível.

### 5.3. Patrimônio Social

#### 5.3.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

#### 5.3.2. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas, apuradas atuarialmente pelo Atuário Vicente Aderson Paz Sales registrado no MIBA sob Nº 1155, sócio da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, representam os compromissos do Plano BD no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder, constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC, com as premissas atuariais vigentes em 31 de dezembro de 2015 e estão representadas por:

#### Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros a serem pagos pela Fundação em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

#### Benefícios a conceder

Correspondem ao valor presente dos benefícios futuros (ainda não concedidos), não compreendendo as contribuições futuras dos Participantes e da Patrocinadora para os Participantes ativos que não adquiriram os direitos de aposentadoria e pensão.

A seguir, demonstramos a composição do exigível atuarial em 31 de dezembro 2015 e de 2014:

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO BD		
	R\$ Mil	
DESCRIÇÃO	2015	2014
<b>Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)</b>	<b>166.800</b>	<b>147.453</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>153.533</b>	<b>132.855</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>37.248</b>	<b>33.669</b>
Benefício Definido	37.248	33.669
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>116.285</b>	<b>99.186</b>
Benefício Definido	116.285	99.186
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>12.532</b>	<b>13.933</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>12.532</b>	<b>13.933</b>
Superávit técnico acumulado	12.532	13.933
Reserva de contingência	12.532	13.933
<b>3. Fundos</b>	<b>44</b>	<b>36</b>
<b>3.1. Fundos Previdenciais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>44</b>	<b>36</b>
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>616</b>	<b>554</b>
<b>4.1. Gestão Previdencial</b>	<b>567</b>	<b>511</b>
<b>4.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>49</b>	<b>43</b>
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>75</b>	<b>75</b>
<b>5.1. Gestão Previdencial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>5.2. Investimentos - Gestão Previdencial</b>	<b>75</b>	<b>75</b>

## 6. FUNDOS

FUNDOS	2015	2014
Fundos Administrativos	18	18
Fundos dos Investimentos	44	36
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>54</b>

### 6.1. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa, o saldo em 31/12/2015 é de R\$ 18 mil.

### 6.2. Fundo de Investimento

O Fundo de Investimento é constituído por taxa cobrada sobre empréstimo, tendo por fim dar quitação a eventuais saldos devedores não pagos em decorrência de morte dos tomadores, o saldo na posição de 31/12/2015 é de R\$ 44 mil.

## 7. DETALHAMENTO DOS AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em observação ao item 30, letra l, anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, demonstramos o quadro abaixo:

AJUSTES E ELIMINAÇÕES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
DESCRIÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO</b>	<b>61</b>	<b>56</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>61</b>	<b>56</b>
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	0	0
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>61</b>	<b>56</b>
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	43	38
PARTICIPAÇÃO NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	18	18
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
RECURSOS A RECEBER DE OUTROS PLANOS	0	0
<b>PASSIVO</b>	<b>61</b>	<b>56</b>
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>0</b>	<b>38</b>
<b>GESTÃO PREVIDENCIAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	0	0
<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	0	0
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>43</b>	<b>38</b>
RECURSOS A PAGAR PARA OUTROS PLANOS	43	38
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>18</b>	<b>18</b>
PARTICIPAÇÃO NO FUNDO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PGA	18	18

## 8. APURAÇÃO DO RESULTADO

O déficit apurado em 2015 é atribuído à baixa rentabilidade dos investimentos e o aumento significativo nas provisões matemáticas.

- Regime adotado

O regime financeiro adotado na avaliação atuarial é o de Capitalização. O método específico utilizado pelo Plano de Benefícios Definido – BD da FAPECE se caracteriza pelos seguintes atributos:

- Cálculo agregado;
- tendência de contribuições niveladas;
- reconhecimento e distribuição, entre os participantes e beneficiários, de todos ganhos e perdas atuariais, refletidos no custo normal;
- custo de fundação dos benefícios decrescentes no tempo.

- Principais premissas utilizadas na avaliação atuariais são:

Foram utilizadas as seguintes hipóteses na avaliação atuarial:

Taxa real anual de juros	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	0% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	-
Tábua de mortalidade geral de válidos	AT-2000

Conforme informações já encaminhadas para Previc, existe uma tendência de queda da taxa de juros de longo prazo no Brasil. Por este motivo iniciamos estudos atuariais considerando a redução dessa premissa para se verificar: a) o impacto sobre os benefícios do plano mantendo-se as atuais contribuições; b) o novo nível de contribuições laborais e patronais, no caso de se desejar manter inalterada a atual meta de benefícios.

- Custeio Administrativo

O custeio administrativo engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando-se, para sua cobertura, a receita prevista no plano de custeio anual calculada pelo atuário, que é apropriada mensalmente.

Conforme determinação do órgão fiscalizador, as despesas administrativas são desmembradas em despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, tendo como base o critério de rateio definido pelo Conselho Deliberativo da entidade, por ocasião a aprovação do orçamento anual.

Os valores apropriados nos centros de custos vinculados às atividades de previdência e de investimentos foram registrados integralmente como despesas de administração previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

Os valores apropriados às atividades administrativas foram registrados conforme tabela a seguir:

<u>Descrição das despesas</u>	<u>Despesas Administrativas</u>	<u>Despesas administrativa s de investimento</u>
Pessoal e encargos	50%	50%
Treinamentos/congressos e seminários	50%	50%
Viagens e estadias	50%	50%
Serviços de terceiros	50%	50%
Despesas gerais	50%	50%
Depreciações e amortizações	50%	50%

Porém informamos que o serviço prestado pelo Atuário é alocado totalmente no grupo de despesas da Gestão Previdencial.

## 9. SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

### 9.1. Imposto de Renda – IR

Em 29.12.2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01.01.2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicos e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando do resgate de sua reserva de poupança ou quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente.

### 9.2. Contribuição para o Programa de Integração Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

De acordo com a MP-SRF nº 66 de 29/08/2002, a Entidades Fechadas de Previdência Complementar são tributas na alíquota de 4% referente ao COFINS e 0,65% referente ao PIS.

### 9.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

De acordo com a Lei nº 10.426/2002 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são isentas do recolhimento da CSLL.

Fortaleza, 31 de dezembro de 2015.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

**Aos  
Diretores e Conselheiros da  
Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce - FAPECE**

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce - FAPECE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Assistencial e Previdenciária da Ematerce – FAPECE em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Fortaleza (CE), 11 de Maio de 2016.

CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S  
CRC (CE) 232-J  
CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03

FRANCISCO MOISÉS DE ALMEIDA GOMES  
DIRETOR TÉCNICO  
CONTADOR CRC(CE) Nº 012837/0  
CNAI N.º 2011

## **10. PARECERES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS**

### **10.1. PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em conformidade com o Art. 42 do Estatuto da ENTIDADE e consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2015, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S. Este Conselho recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis.

Fortaleza, 25 de maio de 2016.

Odilon Newtácio Cruz  
Presidente

Claudio Matoso Vilela Lima  
Membro

Thomás Edson Goés de Araújo  
Membro

Maria Gorette Alves  
Membro

### **10.2. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**

Em conformidade com o Art. 37 Inciso XI do Estatuto da ENTIDADE, consoante ao que estabelece a letra "k", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com base na análise das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2015, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, responsável técnica pelo Plano de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela Empresa Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/S e pelo Parecer do Conselho Fiscal, este Conselho Deliberativo aprova as referidas Demonstrações Contábeis.

Fortaleza, 25 de maio de 2016

Francisco Daniel de Sousa  
Conselheiro-Presidente

Vicente Moura  
Conselheiro

Itamar Teixeira Bezerra  
Conselheiro

Alrilo Machado Cavalcante  
Conselheiro

## **PATROCINADORES**

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará  
FAPECE – Fundação assistencial e previdenciária da EMATERCE

## **CONSELHO DELIBERATIVO**

Francisco Daniel de Sousa - Presidente  
Vicente Moura- Membro Titular  
Itamar Teixeira Bezerra – Membro Titular  
Alrilo Machado Cavalcante - Membro Titular  
Valdir José Silva – Suplente  
Maria Stela Mendes – Suplente  
Francisco Bergson Parente Fernandes – Suplente  
João Nicédio Alves Nogueira – Suplente

## **CONSELHO FISCAL**

Odilon Newtácio Cruz - Presidente  
Claudio Matoso Vilela Lima – Membro Titular  
Thomás Edson Goés de Araújo - Membro Titular  
Maria Gorette Alves – Membro Titular  
Francisco Alves de Souza – Suplente  
Sérgio Romiro Pinto Bandeira – Suplente  
José Leitão Filho – Suplente  
Maria de Lourdes Freire de Sousa – Suplente

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

Tiago Parente Lessa – Diretor Presidente  
Francisco Alves De Souza – Diretor de Seguridade



**Fundação Assistencial e Previdenciária da EMATERCE**

Endereço: Rua Vicente Linhares nº 360 Aldeota Fortaleza-CE CEP 60.135-270 Telefones: (85) 3244-6557 Fax: (85) 3261-4689 E-mail: [fapece@fapece.com.br](mailto:fapece@fapece.com.br) CNPJ: 10.393.460/0001-80